

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM
GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A.**

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno, nº 5.351, cj. 1.108 a 1.111, Bairro Cruzeiro, CEP 30110-923, inscrita no CNPJ sob o nº 05.022.353/0001-06, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente "Emissora";

PENTÁGONO S.A. - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 4, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão, doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário" e, em conjunto com a Emissora, "Partes"; e

Como "Fiadores":

JOSÉ PAULO DE FREITAS GUIMARÃES, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 897.660 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 004.598.445-04, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Lagarto Azul, nº 500, Itapuã, CEP 41620-350 ("Sr. José Guimarães"); e

JOSÉ SANTO BASTIÃO, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 4.643.088 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 298.380.297-34, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Christiano Ottoni, nº 363, ap. 901, CEP 40155-210; e

Como "Interveniente Anuente":

ZURAIDA ABUD BASTIÃO, brasileira, casada, educadora, portadora da cédula de identidade RG nº 017.171.120-21 SSP/BA, inscrita no CPF sob o nº 163.217.075-20, residente e domiciliada na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Christiano Ottoni, nº 363, ap. 901, CEP 40155-210;

celebram a presente "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da RV Tecnologia e Sistemas S.A.", doravante denominada simplesmente "Escritura", nos termos e condições abaixo.

1. TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos adotados nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído abaixo.

3P Investimentos	3P Investimentos e Participações S.A., sociedade com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Av. Professor Magalhães Neto, nº 1.856, sala 1.807, inscrita no CNPJ sob o nº 34.312.884/0001-31
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
Assembleia Geral	Assembleia geral de Debenturistas
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A.
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002
Código de Processo Civil	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973
Contrato de Cessão Fiduciária de Cotas	"Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Cotas de Fundos de Investimento", celebrado entre os Fiadores, a Emissora e o Agente Fiduciário, que formaliza a cessão fiduciária mencionada no item 12.2 "b" abaixo
Contrato de Cessão Fiduciária de	"Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia

Direitos Creditórios	de Direitos Creditórios", celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, que formaliza a cessão fiduciária mencionada no item 12.2 "a" abaixo
Contrato de Colocação	"Instrumento Particular de Colocação com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, da RV Tecnologia e Sistemas S.A., sob Regime de Melhores Esforços de Colocação", celebrado entre a Emissora e o Banco Itaú BBA S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Emissão	1º de agosto de 2011
Data de Vencimento	1º de agosto de 2014
Debêntures	As 15 (quinze) debêntures simples, não conversíveis em ações, quirografárias, com garantia adicional real e fidejussória, da 1ª emissão da Emissora
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas, excluídas (a) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (b) as de titularidade de (i) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (ii) acionistas controladores e empresas controladoras, direta ou indiretamente, da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau
Debenturistas	Titulares das Debêntures
Despesas Financeiras	Significa (a) a soma dos juros, descontos de títulos de créditos e/ou deságios acruados, incluindo variações monetárias e cambiais, relativos a financiamentos, empréstimos, <i>leasings</i> , valores mobiliários emitidos, incluindo debêntures, títulos de crédito ou qualquer dívida onerosa, inclusive operações de derivativos, da Emissora e de suas coligadas consolidadas; (b) deduzidas todas as receitas financeiras recebidas pela Emissora e por suas coligadas consolidadas decorrentes de investimentos e aplicações financeiras, valores

mobiliários, títulos de crédito e derivativos

Dívidas

Os valores devidos (a) pela Emissora, ao Banco Itaú BBA S.A., em decorrência da cédula de crédito bancário nº 101111050003100, celebrada em 27 de maio de 2011, no valor total de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), cujo saldo devedor, em 5 de agosto de 2011, corresponde a R\$2.510.652,45 (dois milhões, quinhentos e dez mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos); e (b) pela 3P Investimentos, ao Banco Itaú BBA S.A., em decorrência da cédula de crédito bancário nº 100108070009900, celebrada em 30 de julho de 2008, no valor total de R\$3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais), cujo saldo devedor, em 5 de agosto de 2011, corresponde a R\$3.923.331,82 (três milhões, novecentos e vinte e três mil, trezentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos)

Dívida Líquida

Significa (a) a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias (*commercial papers*), títulos emitidos no mercado internacional (*bonds, eurobonds, short term notes*), fianças, avais, resultados a pagar de derivativos e qualquer outra dívida onerosa registrados no passivo circulante e no exigível a longo prazo; (b) deduzido os saldos de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante e aplicações em debêntures registradas no realizável a longo prazo

Documentos da Emissão

São os seguintes documentos, quando referidos em conjunto: (a) esta Escritura; (b) a ata da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora que deliberou a presente Emissão; (c) o Contrato de Colocação; (d) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; e (e) o Contrato de Cessão Fiduciária de Cotas

EBITDAR

Lucro ou prejuízo, antes da contribuição social e imposto de renda, adicionando-se as despesas financeiras, depreciação e amortização e as despesas com aluguéis ou com operações de arrendamento mercantil, e excluindo as

receitas financeiras, sendo que os conceitos utilizados têm a definição usualmente aceita pelos princípios contábeis brasileiros

Emissão	1ª emissão de debêntures da Emissora
Emissora	RV Tecnologia e Sistemas S.A.
Encargos Moratórios	Encargos moratórios previstos no item 5.9.3.1 desta Escritura
Escritura	A presente Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da RV Tecnologia e Sistemas S.A.
Fiadores	Sr. José Paulo de Freitas Guimarães e Sr. José Santo Bastião, com a devida autorização de sua esposa, acima qualificados
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas
Instituição Depositária	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM nº 28/83	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada
Instrução CVM nº 358/02	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada
Instrução CVM nº 476/09	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada
Investidores Qualificados	Investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM nº 476/09

JUCEMG

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Juros Remuneratórios

Os juros remuneratórios das Debêntures, calculados nos termos do item 5.6 abaixo

Lei nº 6.404/76

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada

Notas Promissórias

(a) Nota Promissória nº 03/04, no valor de R\$294.343,87, com vencimento em 31 de janeiro de 2010; (b) Nota Promissória nº 03/04, no valor de R\$143.561,34, com vencimento em 31 de janeiro de 2010; (c) Nota Promissória nº 03/04, no valor de R\$347.094,75, com vencimento em 31 de janeiro de 2010; (d) Nota Promissória nº 03/04, no valor de R\$215.126,67, com vencimento em 31 de janeiro de 2010; (e) Nota Promissória nº 04/04, no valor de R\$294.343,87, com vencimento em 31 de julho de 2010; (f) Nota Promissória nº 04/04, no valor de R\$143.561,34, com vencimento em 31 de julho de 2010; (g) Nota Promissória nº 04/04, no valor de R\$347.094,75, com vencimento em 31 de julho de 2010; e (h) Nota Promissória nº 04/04, no valor de R\$215.126,67, com vencimento em 31 de julho de 2010, todas emitidas pela 3P Investimentos em favor da IberoAmericana de Telecomunicações S.L., tendo como avalistas o Sr. José Guimarães e o Sr. Valmor Pedro Bosi

Período de Capitalização

Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para do pagamento dos Juros Remuneratórios correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade

Período de Carência

Período de 6 (seis) meses, contados a partir da Data de Emissão, em que não haverá amortização das Debêntures

SDT

Módulo de Distribuição de Títulos

SND

Módulo Nacional de Debêntures

Taxa DI Over Extra Grupo

Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>)

Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário de cada Debênture, equivalente a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão

2. AUTORIZAÇÃO

2.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 29 de julho de 2011.

3. DOS REQUISITOS

3.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

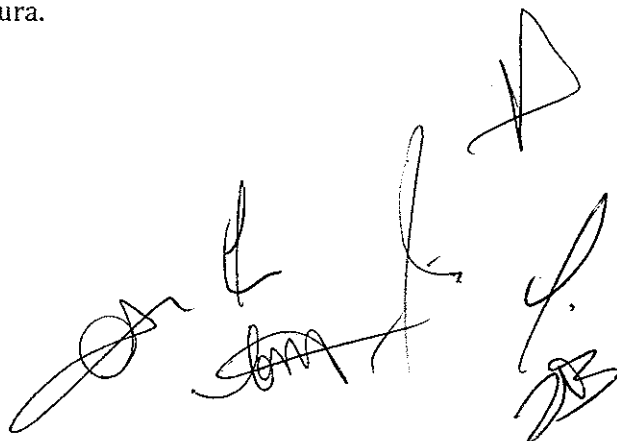
3.1.1 Arquivamento e Publicação do Ato Societário

3.1.1.1 A ata da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora que deliberou sobre a presente Emissão foi devidamente arquivada na JUCEMG e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Estado de Minas", conforme o artigo 62, inciso I da Lei nº 6.404/76.

3.1.2 Inscrição e Registro da Escritura

3.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão (a) ser inscritos na JUCEMG, conforme disposto do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76; e (b) ser registrados em Registro de Títulos e Documentos do domicílio das Partes, em razão da garantia fidejussória ora prestada. Cópia desta Escritura e de seus eventuais aditamentos, devidamente inscritos e registrados nos termos deste item, deverão ser entregues ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias a contar de sua assinatura.

3.1.3 Registro na CVM



3.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

3.1.4 Registro na ANBIMA

3.1.4.1 A Emissão está dispensada de registro na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

4. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 Objeto Social da Emissora

4.1.1 A Emissora tem por objeto social a prestação de serviços de informações teleprocessadas ou teletinformatizadas, de comercialização e distribuição de cartões telefônicos, inclusive pré-pagos para telefonia celular, de distribuição para venda de recargas pré-pagas através de meios informatizados e teleprocessados, bem como a comercialização de chips para telefonia celular e de recargas pré-pagas através de meios informatizados e teleprocessados, entre outras atividades.

4.2 Número da Emissão

4.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

4.3 Número de Séries

4.3.1 A Emissão será realizada em série única.

4.4 Montante da Emissão

4.4.1 O montante total da emissão será de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), na Data de Emissão.

4.5 Quantidade de Debêntures

4.5.1 Serão emitidas 15 (quinze) Debêntures.

4.6 Banco Mandatário e Instituição Depositária

4.6.1 O Banco Mandatário será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04.

4.6.2 A Instituição Depositária será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64.

4.7 Destinação dos Recursos

4.7.1 Os recursos captados por meio da presente Emissão serão destinados (a) ao pagamento de dívidas da Emissora e/ou de outras empresas de seu grupo econômico, observado o disposto no item 4.7.2 abaixo; (b) ao reforço do capital de giro da Emissora; e (c) à aquisição de cotas de fundos de investimento para a constituição de garantia ao pagamento das Debêntures, nos termos do item 12.2, "b", "ii", abaixo.

4.7.2 A Emissora deverá destinar os recursos obtidos com a Emissão prioritariamente ao pagamento das Dívidas, incluindo aquelas de responsabilidade da 3P Investimentos, que serão pagas pela Emissora diretamente ao Banco Itaú BBA S.A., por conta e ordem da 3P Investimentos, conforme expressamente autorizado pela 3P Investimentos em instrumento específico celebrado com a Emissora.

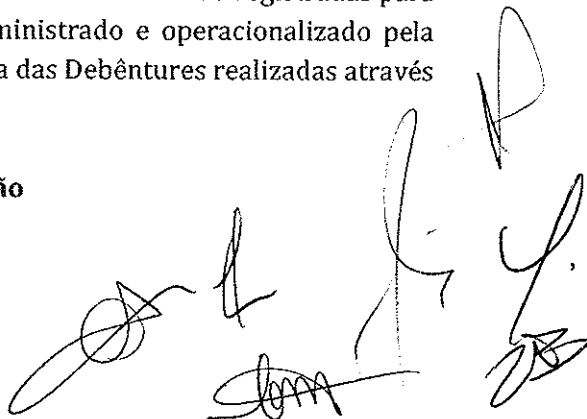
4.8 Registro para Distribuição e Negociação

4.8.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário através do Módulo de Distribuição SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo sua liquidação financeira resultante da operação de colocação realizada através da CETIP.

4.8.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelos investidores, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, e do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da mesma instrução. Somente Investidores Qualificados poderão adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no §1º do artigo 15 da Instrução CVM nº 476/09.

4.8.3 Sem prejuízo do disposto no item acima, as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no módulo SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a custódia eletrônica e a liquidação financeira das Debêntures realizadas através da CETIP.

4.9 Colocação e Procedimento de Distribuição



4.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de melhores esforços de colocação, observado os termos e condições previstos na Instrução CVM nº 476/09 e no Contrato de Colocação, com intermediação do Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do Módulo de Distribuição SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, após a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09.

5. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas

5.1.1 Valor Nominal Unitário

5.1.1.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão.

5.1.2 Quantidade de Debêntures

5.1.2.1 Serão emitidas 15 (quinze) Debêntures, perfazendo o valor total da Emissão de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

5.1.3 Número de Séries

5.1.3.1 A Emissão será em série única.

5.1.4 Data de Emissão

5.1.4.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será no dia 1º de agosto de 2011.

5.1.5 Prazo e Data de Vencimento

5.1.5.1 O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, ou seja, em 1º de agosto de 2014, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 6.2 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados na forma prevista nesta Escritura.

5.1.6 *Forma e Emissão de Certificados*

5.1.6.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cédulas ou certificados.

5.1.7 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

5.1.7.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será emitido extrato em nome do titular das Debêntures pela CETIP.

5.1.8 *Conversibilidade e Tipo*

5.1.8.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.1.9 *Espécie*

5.1.9.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

5.2 Subscrição

5.2.1 *Prazo de Subscrição*

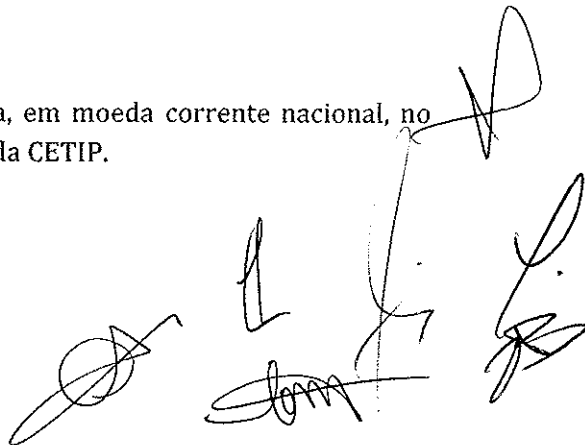
5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, que observará o disposto na Instrução CVM nº 476/09.

5.2.2 *Preço de Subscrição*

5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido de Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

5.3 Integralização e Forma de Pagamento

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação da CETIP.



5.4 **Direito de Preferência**

5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.5 **Atualização do Valor Nominal**

5.5.1 O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

5.6 **Juros Remuneratórios**

5.6.1 Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão, a partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento, Juros Remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI Over Extra Grupo, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 5,40% (cinco inteiros e quarenta centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

5.6.2 Os Juros Remuneratórios serão pagos (a) da Data de Emissão até o término do Período de Carência, em 2 (duas) parcelas trimestrais e consecutivas, sendo a primeira devida em 1º de novembro de 2011, e a segunda devida em 1º de fevereiro de 2012; e (b) entre o término do Período de Carência e a Data de Vencimento, em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira devida no 7º (sétimo) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, em 1º de março de 2012, e a última na Data de Vencimento.

5.6.3 O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à fórmula abaixo:

$$J = VN_e \times (Fator Juros - 1), \text{ onde:}$$

J = valor dos Juros Remuneratórios, devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN_e = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Juros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator Juros = Fator DI \times Fator Spread, \text{ onde:}$$

$Fator DI$ = produtório das Taxas DI Over Extra Grupo, com uso do percentual aplicado, da Data de Emissão, ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior,

inclusive, até a data de cálculo, exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado conforme a fórmula:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

n_{DI} = número total de Taxas DI Over Extra Grupo, sendo n_{DI} um número inteiro;

$k = 1, 2, \dots, n_{DI}$; e

TDI_k = Taxa DI Over Extra Grupo, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, calculada a partir da fórmula abaixo:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

DI_k = Taxa DI Over Extra Grupo, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, observada a seguinte fórmula:

$$Fator Spread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

Spread = 5,40 (cinco inteiros e quarenta centésimos); e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão, ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo n um número inteiro.

5.6.4 A Taxa DI Over Extra Grupo deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

5.6.5 O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$, conforme o item 5.6.3 acima, é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

5.6.5.1 Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

5.6.5.2 Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

5.6.5.3 O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

5.6.6 Caso a Taxa DI Over Extra Grupo não esteja disponível na data de cálculo, será utilizada a última Taxa DI Over Extra Grupo disponível, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras por parte da Emissora ou dos Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI Over Extra Grupo aplicável.

5.6.7 No caso de (a) ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI Over Extra Grupo por prazo superior a 10 (dez) dias úteis; (b) extinção da Taxa DI Over Extra Grupo; ou (c) impossibilidade de aplicação da Taxa DI Over Extra Grupo por imposição legal ou judicial, a Taxa DI Over Extra Grupo será substituída pela taxa que venha a ser determinada pela legislação ou regulamentação aplicável.

5.6.7.1 Não existindo substituto legal ou regulamentar da Taxa DI Over Extra Grupo, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada em até 10 (dez) dias contados da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no item 5.6.7. acima, para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a legislação e regulamentação aplicáveis, sobre o novo parâmetro de cálculo dos Juros Remuneratórios a ser aplicado. Até a deliberação pela Assembleia Geral de Debenturistas, será utilizada a última Taxa DI Over Extra Grupo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, por parte da Emissora ou dos Debenturistas, quando da definição da nova taxa.

5.6.7.2 Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias a partir da data de realização da Assembleia Geral, qual a alternativa escolhida:

- a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de realização da Assembleia Geral ou até a Data de Vencimento das Debêntures, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, e de eventuais Encargos Moratórios, até a data do efetivo resgate. Neste caso, será utilizada a fórmula estabelecida no item 5.6.3 acima, observando-se a última Taxa DI Over Extra Grupo divulgada pela CETIP, conforme o caso; ou

- b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento e as amortizações originalmente previstas no item 5.8 abaixo. Até a amortização integral das Debêntures em circulação, os Juros Remuneratórios serão calculados a partir da fórmula estabelecida no item 5.6.3 acima, utilizando-se parâmetro definido exclusivamente pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas.

5.6.7.3 Qualquer que seja a alternativa escolhida nos termos do item 5.6.7.2 acima, não será devida, pela Emissora, qualquer indenização ou penalidade em razão da ocorrência de resgate antecipado das Debêntures ou de alteração no cronograma de amortização.

5.7 Repactuação

5.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

5.8 Amortização do Principal

5.8.1 As Debêntures serão amortizadas em 31 (trinta e uma) parcelas mensais e consecutivas, sendo o pagamento da primeira parcela devido em 1º de fevereiro de 2012, conforme a tabela abaixo:

Nº da Parcela	% do Valor Nominal Unitário a ser amortizado	Data	Nº da Parcela	% do Valor Nominal Unitário a ser amortizado	Data
1	3,2300%	01/02/2012	17	3,2300%	01/06/2013
2	3,2300%	01/03/2012	18	3,2300%	01/07/2013
3	3,2300%	01/04/2012	19	3,2300%	01/08/2013
4	3,2300%	01/05/2012	20	3,2300%	01/09/2013
5	3,2300%	01/06/2012	21	3,2300%	01/10/2013
6	3,2300%	01/07/2012	22	3,2300%	01/11/2013
7	3,2300%	01/08/2012	23	3,2300%	01/12/2013
8	3,2300%	01/09/2012	24	3,2300%	01/01/2014
9	3,2300%	01/10/2012	25	3,2300%	01/02/2014
10	3,2300%	01/11/2012	26	3,2300%	01/03/2014
11	3,2300%	01/12/2012	27	3,2300%	01/04/2014
12	3,2300%	01/01/2013	28	3,2300%	01/05/2014
13	3,2300%	01/02/2013	29	3,2300%	01/06/2014
14	3,2300%	01/03/2013	30	3,2300%	01/07/2014
15	3,2300%	01/04/2013	31	3,1000%	01/08/2014
16	3,2300%	01/05/2013			

5.9 Condições de Pagamento

5.9.1 *Local de Pagamento e Imunidade Tributária*

5.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora (a) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (b) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (i) na sede da Emissora ou da Instituição Depositária; ou (ii) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

5.9.1.2 O Debenturista que gozar de imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos relacionados ao investimento ou ao recebimento de quaisquer valores relacionados às Debêntures deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora e para o Agente Fiduciário, na data em que subscrever ou adquirir Debêntures, declaração devidamente fundamentada em que informe tal condição, indicando a espécie do tributo de cujo recolhimento está dispensado e o diploma legal que estabelece a imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero, bem como que atende a todas as condições e requisitos porventura estabelecidos para a fruição do respectivo benefício fiscal. Do contrário, terá descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores que seriam devidos por aqueles que, nos termos da legislação tributária em vigor, não gozem de tal benefício fiscal.

5.9.1.2.1 O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos do item acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário, pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário.

5.9.1.2.2 Mesmo que tenha recebido a declaração referida no item 5.9.1.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Banco Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

5.9.2 *Prorrogação dos Prazos*

5.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação tratada nesta Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente

comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, local onde a Emissora possui estabelecimento, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

5.9.3 Encargos Moratórios

5.9.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.9.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

5.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento pelo prazo estabelecido em Lei.

5.10 Publicidade

5.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Estado de Minas", conforme estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

6. DA OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Oferta de Resgate Antecipado

6.1.1 A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, a partir de 1º de fevereiro de 2012, mediante deliberação de sua Diretoria, oferta de resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures em circulação, que assegurará aos

debenturistas igualdade de condições para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade e determinará os termos e condições do resgate, observado o disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. Para que possa exercer a faculdade do resgate referida acima, a Emissora deverá, com no mínimo 10 (dez) dias úteis de antecedência, informar, por meio de publicação e envio de correspondência, cada Debenturista e o Agente Fiduciário acerca da oferta de resgate, devendo o citado comunicado conter (a) o critério para determinação do valor a ser pago em relação a cada Debênture resgatada; (b) a data do resgate; (c) o volume ou número de Debêntures que será objeto da oferta de resgate; e (d) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas. As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

6.1.1.1 Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente no SND, o evento seguirá os procedimentos adotados pela CETIP. Para tanto, a CETIP deverá ser notificada pela Emissora, com de acordo do Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis contados da realização do resgate.

6.1.2 Na hipótese de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio para identificação das Debêntures que serão resgatadas, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio de comunicado, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76.

6.1.3 O resgate antecipado parcial, caso ocorra, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será operacionalizado exclusivamente por meio de "operação de compra e venda definitiva, no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Os Debenturistas, na data do efetivo resgate parcial, deverão adotar todos os procedimentos de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário" junto à CETIP sob pena de não terem suas Debêntures efetivamente resgatadas. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento de resgate antecipado parcial das Debêntures, não haverá a necessidade de qualquer aditamento à presente Escritura ou qualquer outra formalidade, estando os Debenturistas sujeitos aos procedimentos estabelecidos pela CETIP à época do resgate antecipado.

6.2 Vencimento Antecipado

6.2.1 *Hipóteses de vencimento antecipado automático*

6.2.1.1 O Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial,

todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura, e exigirá, da Emissora ou dos Fiadores, conforme o caso, o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- a) inadimplemento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na presente Escritura ou nos demais Documentos da Emissão;
- b) inadimplemento de qualquer das obrigações de reforço ou substituição das garantias previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos;
- c) inadimplemento pela Emissora ou por qualquer dos Fiadores de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura ou nos demais Documentos da Emissão, ressalvado o disposto no item 6.2.2 abaixo, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento pela Emissora de notificação sobre o inadimplemento enviada pelo Agente Fiduciário, exceto nos casos de obrigações com prazo específico diverso para cumprimento;
- d) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, incompletas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações, informações ou garantias prestadas pela Emissora ou por qualquer dos Fiadores nesta Escritura ou nos demais Documentos da Emissão;
- e) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo documento, ou declaração de vencimento antecipado de qualquer financiamento ou mútuo contraído pela Emissora ou por qualquer dos Fiadores, ou de título de crédito ou valor mobiliário emitido pela Emissora ou por qualquer dos Fiadores, conforme o caso, em valor unitário ou agregado superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), com exceção do não pagamento das Notas Promissórias;
- f) na hipótese de o valor agregado dos ativos detidos direta ou indiretamente pela Emissora, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e gravames, tornar-se inferior ao saldo devedor das Debêntures;
- g) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir,

compulsoriamente, a totalidade ou parte superior a 10% (dez por cento) dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;

- h) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 10 (dez) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprovar a existência de provimento de autoridade competente autorizando a regular continuidade de suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- i) redução de capital da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas;
- j) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76;
- k) em caso de cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, exceto se a referida cisão, fusão, incorporação ou reorganização societária ocorrer dentro do mesmo grupo econômico da Emissora, ou se for previamente aprovada pelos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral;
- l) caso a Emissora ou qualquer dos Fiadores (i) solicite moratória; (ii) solicite suspensão geral do pagamento; ou (iii) torne-se insolvente;
- m) apresentação de (i) pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou autofalência; (ii) de requerimento ou decretação de falência, dissolução e/ou liquidação, não sanado no prazo judicial aplicável; ou (iii) de quaisquer procedimentos análogos que venham a ser criados por lei, requeridos pela ou decretados contra a Emissora;
- n) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou por qualquer dos Fiadores, das obrigações assumidas nesta Escritura ou em qualquer outro Documento da Emissão;
- o) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou contra qualquer dos Fiadores cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), que não seja sanado ou juridicamente contestado em até 15 (quinze) dias contados de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário ou no prazo legal, se houver, com exceção do eventual protesto das Notas Promissórias;
- p) execuções judiciais de qualquer natureza nas quais a Emissora ou qualquer dos Fiadores figure no pólo passivo, que gere passivo ou contingência em valor agregado igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), para as quais não tenha sido proposta medida judicial capaz de suspender seus efeitos, com exceção da Ação

de Execução de Título Extrajudicial nº 583.00.2010.0.176044-8, em trâmite na 1ª Vara Cível do Fórum Central da Comarca de São Paulo, relativa ao não pagamento das Notas Promissórias; ou

- q) existência de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em face da Emissora ou de qualquer dos Fiadores, que resultem ou possam resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Emissora ou para o respectivo Fiador, conforme o caso, de valor unitário ou agregado superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), para as quais não tenha sido feita provisão para pagamento, com exceção de eventuais sentenças judiciais relativas ao não pagamento das Notas Promissórias.

6.2.2 Hipóteses de vencimento antecipado por meio de Assembleia Geral de Debenturistas

6.2.2.1 Tão logo o Agente Fiduciário tome ciência da ocorrência de quaisquer dos eventos listados abaixo, convocará imediatamente Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de convocação, para deliberar sobre a eventual não declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o pagamento integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis*, até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas:

- a) prática de quaisquer atos em desacordo com o estatuto social da Emissora e com esta Escritura, não descritos no item 6.2.1 acima;
- b) inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas no item 7.1 abaixo, não sanado no prazo de 10 (dez) dias contados da data do recebimento pela Emissora de notificação sobre o inadimplemento enviada pelo Agente Fiduciário, exceto nos casos de obrigações com prazo específico para cumprimento;
- c) alteração do objeto social da Emissora, informado no item 4.1.1 acima, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- d) autuação da Emissora pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental, ou de defesa da concorrência, entre outros, que possa afetar significativamente a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e/ou de suas controladas, a exclusivo critério dos Debenturistas;

- e) morte, decretação de insolvência civil ou de incapacidade de quaisquer dos Fiadores;
- f) redução, insuficiência, extinção ou perda, sob qualquer forma (i) dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; e/ou (ii) dos ativos cedidos fiduciariamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Cotas;
- g) mudança do controle acionário direto ou indireto da Emissora, exceto se previamente aprovada pelos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral;
- h) caso a Dívida Líquida do balanço consolidado da Emissora dividida pelo seu EBITDAR seja superior a 3 (três) no encerramento de cada exercício social;
- i) caso o EBTIDAR do balanço consolidado da Emissora dividido por suas Despesas Financeiras seja inferior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) no encerramento de cada exercício social;
- j) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos acionistas em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no respectivo exercício;
- k) concessão de financiamentos de qualquer natureza, inclusive por meio de operações de mútuo, a qualquer de seus acionistas, administradores, controladores diretos ou indiretos, ou sociedades direta ou indiretamente controladas ou sob controle comum; ou
- r) descumprimento de qualquer decisão judicial relacionada à execução das Notas Promissórias.

6.2.2.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar imediatamente o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

6.2.2.3 Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item anterior, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento dos valores indicados no item 6.2.2.1 acima, a menos que Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação tenham optado por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.2.2.4 Na hipótese (a) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas, mencionada anteriormente por falta de quorum de instalação; ou (b) de não aprovação do exercício da faculdade prevista acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos indicados nesta Escritura, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação, pelo Agente Fiduciário à Emissora, informando sobre tal vencimento, observado o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28/83.

6.2.3 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia para CETIP; e (b) ao Banco Mandatário.

6.2.4 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, seu pagamento integral deverá ser efetuado em até 2 (dois) dias contados do protocolo da carta mencionada no item 6.2.3 acima.

6.2.5 Caso a Emissora não proceda ao pagamento das Debêntures na forma estipulada no item 6.2.4 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

7. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora adicionalmente obriga-se a:

- a) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, (2) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura; bem como (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora;
 - ii) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora com revisão limitada por auditor independente, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação em vigor, na primeira das seguintes datas: (1) 60 (sessenta) dias (ou, a partir de 1º de janeiro de 2012, 45 dias) contados da data de término de

cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social); (2) a data de sua efetiva divulgação; ou (3) as datas exigidas na legislação e regulamentação aplicáveis à Emissora;

- iii) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação relativa à presente Emissão que razoavelmente lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, permitindo, ainda, que o Agente Fiduciário, através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis;
- iv) dentro de 5 (cinco) dias úteis após sua realização, notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas e, prontamente, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas que sejam realizadas a partir da Data de Emissão, bem como a data e ordem do dia da assembleia a se realizar, e de todas as reuniões da Diretoria e do Conselho de Administração que sejam realizadas a partir da Data de Emissão;
- v) dentro de 2 (dois) dias úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;
- vi) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de vencimento;
- vii) mediante solicitação, informações que venham a ser solicitadas e cópias dos documentos correlatos a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.2 acima, inclusive qualquer forma de correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Emissora, imediatamente após a sua ocorrência;
- viii) todos os dados financeiros e atos societários necessários à elaboração do relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM;
- ix) qualquer fato relevante de conhecimento da Emissora que possa vir a afetar seu desempenho financeiro e operacional, imediatamente após sua ocorrência; e

- x) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCEMG e nos respectivos Registro de Títulos e Documentos, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos;
- b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação e regulamentação em vigor;
- c) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, abaixo transcritas:
 - i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
 - ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - iv) manter os documentos mencionados no item “iii” acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - vi) informar a ocorrência de fato relevante, nos termos da regulamentação aplicável, comunicando imediatamente a instituição intermediária líder da oferta; e
 - vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- d) enviar à CETIP (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea “iii” do subitem “c” acima; (ii) documentos e informações exigidas por essa entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28/09, de 2 de abril de 2009;

- e) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- f) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 11 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- g) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- h) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- j) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- k) notificar o Agente Fiduciário, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados a partir do evento, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora ou de suas controladas, bem como prejudicar o pagamento das Debêntures ou resultar em qualquer dos casos de vencimento antecipado, inclusive no que diz respeito a qualquer mudança relevante na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, suas controladoras e/ou controladas, ou sobre qualquer evento ou fato que afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora, suas controladoras e/ou controladas, ou a capacidade de cumprimento das obrigações desta Escritura;
- l) manter bens que sejam considerados materialmente relevantes para a execução do seu objetivo social adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- m) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- n) arcar com todos os custos relativos à Emissão, inclusive (i) aqueles decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (ii) os custos de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (iii) as despesas relativas à contratação de Agente Fiduciário e de Banco Mandatário;

- o) calcular diariamente o valor unitário das Debêntures, o qual será disponibilizado aos Debenturistas e aos participantes do mercado, pelo Agente Fiduciário, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- p) enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia; e
- q) para fins dos itens 6.2.2.1 "h" e "i", os índices financeiros serão apurados e encaminhados anualmente pela Emissora ao Agente Fiduciário, ao término do exercício social, tendo por base as demonstrações financeiras e balanços patrimoniais consolidados do grupo da Emissora, incluindo suas controladas e controladoras, auditados ou revisados por auditores independente, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais índices financeiros, e de declaração assinada por 2 (dois) diretores atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

8. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS FIADORES

8.1 A Emissora e cada um dos Fiadores, no que lhes for aplicável, declaram e garantem que:

- a) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- b) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- c) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- d) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, societária ou contratual, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou

instrumentos; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- e) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento de suas obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura e da legislação e regulamentação aplicáveis, ou para a realização da Emissão, exceto pelo previsto expressamente nesta Escritura;
- f) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- g) manterá sua existência como pessoa jurídica, e praticará todos os atos razoáveis necessários para manter seus direitos, prerrogativas e concessões necessários ou convenientes para a condução normal de seus negócios em todos os aspectos relevantes, em estrita conformidade com a legislação aplicável;
- h) manterá a todo tempo uma equipe de administração profissional, inclusive diretores eleitos em conformidade com seu estatuto social;
- i) informará ao Agente Fiduciário, em até 3 (três) dias úteis contados da tomada de conhecimento da respectiva ocorrência, todo e qualquer ato ou fato que possa afetar em seus aspectos materiais a veracidade de quaisquer das declarações prestadas no âmbito desta Escritura;
- j) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- k) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- l) informará ao Agente Fiduciário, em até 3 (três) dias úteis contados da tomada de conhecimento da respectiva ocorrência, qualquer evento ou situação que possa afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações relativas às Debêntures, no todo ou em parte;
- m) não aplicará recursos ou ativos em atividades outras que não sejam correlatas ao seu objeto social;

- n) não irá efetuar ou permitir qualquer alteração das políticas contábeis ou práticas de divulgação de informações, exceto conforme seja necessário para dar atendimento às disposições legais e normativas aplicáveis, e demais princípios contábeis brasileiros;
- o) não há, na data de assinatura desta Escritura, quaisquer contingências ou passivos de qualquer natureza, inclusive fiscal, trabalhista ou previdenciária, incorridos direta ou indiretamente, já materializadas ou não, em valores iguais ou superiores a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) por contingência, individualmente considerada;
- p) está cumprindo regularmente as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais e/ou de tribunais, inclusive aqueles relativos a questões fiscais, trabalhistas e previdenciárias, estando em dia com suas obrigações tributárias principais e acessórias;
- q) todas as eventuais operações realizadas pela Emissora com as partes relacionadas foram pactuadas em bases e condições de mercado;
- r) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica, em prejuízo dos Debenturistas; e
- s) adotará todas as providências para manter válidas e eficazes em seus aspectos materiais as declarações prestadas no âmbito desta Escritura.

8.2 A Emissora e cada um dos Fiadores, conforme o caso, comprometem-se a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

9. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

9.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser

convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias anteriores ao término do prazo referido no item 9.2 acima, caberá à Emissora efetuar a convocação.

9.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

9.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

9.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

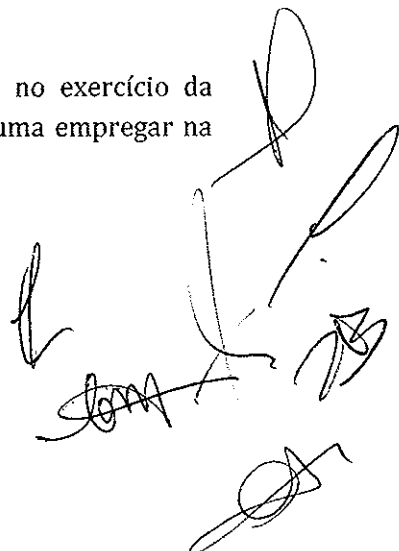
9.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEMG.

9.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

9.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

9.3 Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízos de outros previstos na legislação ou regulamentação aplicáveis:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;



- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as informações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- h) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- i) solicitar que a Emissora reforce as garantias prestadas pela Emissora ou por qualquer dos Fiadores nesta Escritura e nos demais documentos relacionados à Emissão, caso venham a se tornar insuficientes;
- j) solicitar, apresentando os fundamentos de tal solicitação, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- k) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 5.10 acima;
- l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

- m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - iv) posição da distribuição das Debêntures no mercado;
 - v) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - x) existência de emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedades controladoras, controladas, coligadas ou sob o mesmo controle que a Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário, e quaisquer outras informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de referidas emissões, conforme o caso;
- n) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- i) na sede da Emissora;
 - ii) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;

- iii) na CETIP;
 - iv) na CVM; e
 - v) na sede da instituição intermediária líder na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- o) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra disponível nos locais indicados no item acima;
 - p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP;
 - q) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
 - r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
 - s) sem prejuízo dos prazos específicos previstos nesta Escritura, notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos; comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP.

9.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e/ou os Fiadores para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora e/ou dos Fiadores, observados os termos desta Escritura:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- b) executar as garantias referidas na cláusula 12, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;

- c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 9.4 "a" a "c" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o determinar por deliberação da unanimidade das Debêntures emitidas e não resgatadas, bastando, porém, a deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 9.4 "d" acima.

9.6 Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, remuneração a ser paga na forma prevista nos itens abaixo.

9.6.1 A remuneração do Agente Fiduciário será devida pela Emissora em parcelas anuais de R\$13.600,00 (treze mil e seiscentos reais), sendo a primeira devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura desta Escritura, e as demais na mesma data de cada ano subsequente.

9.6.1.1 A remuneração será devida, *pro rata die*, mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.1.2 Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho, pagas 5 (cinco) dias úteis após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação das condições das Debêntures, requerido pela Emissora, bem como para (a) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas e em Assembléias Gerais de Debenturistas; e (b) implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas.

9.6.1.3 A remuneração será líquida de deduções e retenções fiscais de qualquer natureza e será acrescida do valor relativo aos seguintes tributos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza – ISS, Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade – COFINS, Contribuição Social sobre Lucro Líquido- CSLL, Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF e quaisquer outros impostos que incidam ou

venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.6.1.4 A remuneração prevista no item 9.6.1. acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela, calculada *pro rata die*, se necessário.

9.6.1.5 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.6.2 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures emitidas e não resgatadas, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

9.6.3 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário.

9.6.4 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9.7 O Agente Fiduciário não emitirá opinião ou fará qualquer juízo sobre fato relacionado à Emissão cuja definição seja de competência exclusiva dos Debenturistas, comprometendo-se, tão somente, a agir em conformidade com as orientações que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. O Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo previsto na Instrução CVM nº 28/83 e na Lei nº 6.404/76.

9.8 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento será efetuado em até 10 (dez) dias contados da realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.8.1 Quando as despesas realizadas pelo Agente Fiduciário não forem previamente aprovadas pela Emissora, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda que a Emissora reembolsará os montantes gastos de acordo com (a) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; e (b) a função fiduciária que lhe é inerente.

9.8.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora.

9.8.3 Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

9.8.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.8.5 As despesas a que se refere o item 9.8 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação, hospedagens, transporte e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;

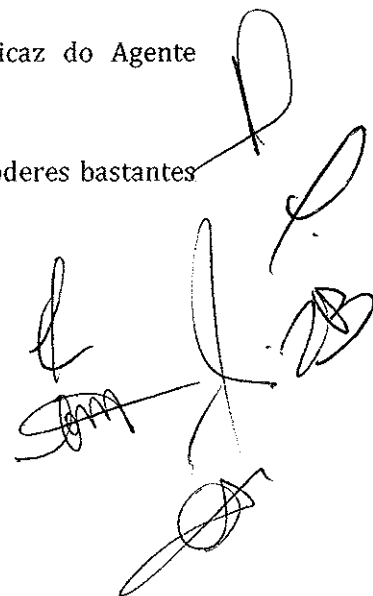
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- e) despesas com custas cartorárias e com correios necessários ao desempenho da função fiduciária que lhe é inerente.

9.8.6 Observado o disposto nos itens 9.8 e seguintes acima, o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora, e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1 O Agente Fiduciário declara e garante que:

- a) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme disposto no artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceita integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- d) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- f) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- g) esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculante e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- h) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;



- i) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- j) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- k) está ciente da regulamentação da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes, aplicáveis às Debêntures e à Emissão; e
- l) que verificará, de acordo com os prazos previstos na presente Escritura e na legislação aplicável, a regularidade da constituição das garantias prestadas aos Debenturistas, bem como sua exequibilidade, tendo em vista as características e procedimentos de constituição das referidas garantias.

11. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

11.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

11.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas.

11.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (a) pelo Agente Fiduciário; (b) pela Emissora; (c) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (d) pela CVM. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem todos os Debenturistas.

11.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

11.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

11.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

11.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

11.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por 75% (setenta e cinco por cento) dos presentes, exceto quando de outra forma previsto nesta Escritura.

11.8.1 As deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas que tratarem da alteração de prazos, do valor e da forma de pagamento da remuneração, da amortização, do resgate, e/ou das hipóteses de vencimento antecipado dependem de quorum qualificado para serem aprovadas, consistente na aprovação por 90% (noventa por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação.

11.8.2 A alteração dos quoruns previstos na presente Escritura dependerá da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures emitidas e não resgatadas.

12. GARANTIAS

12.1 Os Fiadores, com ciência e anuência da Interveniente Anuente, obrigam-se, solidariamente, de forma irrevogável e irretratável, com a Emissora e entre si, como fiadores e principais pagadores de todas as obrigações pecuniárias relativas à Emissão, incluindo a amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, bem como de eventuais Encargos Moratórios e das demais quantias devidas pela Emissora nos termos desta Escritura, renunciando ao benefício de ordem e aos direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos na legislação aplicável, sobretudo nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 824, 827, 829, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil, e no artigo 595 do Código de Processo Civil Brasileiro.

12.1.1 Na hipótese de inadimplemento pela Emissora de quaisquer valores devidos em razão da presente Escritura, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) dias úteis a contar de seu conhecimento do fato, notificar os Fiadores para que efetuem o pagamento em até 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento de referida comunicação.

12.1.2 Observado o disposto no item acima, caberá ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da fiança prestada pelos Fiadores. A fiança poderá ser executada pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias, até o integral e efetivo cumprimento das obrigações referidas no item 12.1 acima.

12.1.3 As obrigações dos Fiadores previstas neste item 12 perdurarão até o cumprimento integral das obrigações decorrentes da presente Escritura.

12.2 Adicionalmente, em garantia ao fiel pagamento das Debêntures, bem como de todos os demais valores, incluindo os Encargos Moratórios, decorrentes desta Escritura serão constituídas as seguintes garantias:

- a) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cessão fiduciária, pela Emissora, de direitos creditórios não performados cujo fluxo de pagamentos mensais deverá corresponder a pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do valor total do saldo devedor das Debêntures, decorrentes do "Contrato de Abertura de Crédito Rotativo", celebrado em 11 de outubro de 2006 entre a Emissora e a CELLCRED Telecomunicações e Serviços Ltda., que tem por objeto a abertura de crédito rotativo pela Emissora à CELLCRED Telecomunicações e Serviços Ltda. para que esta emita pedidos relativos a serviços de distribuição de créditos de telefonia, contratados com a Emissora em 31 de outubro de 2006, por meio da celebração do "Contrato de Intermediação de Serviço de Distribuição de Créditos de Telefonia Pré-Paga, Fornecimento de Serviços de Tecnologia e Outras Avenças". O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios será registrado em Registro de Títulos de Documentos, nos termos da legislação aplicável, em até 10 (dez dias) a contar da assinatura desta Escritura; e
- b) Cessão Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento: nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Cotas, cessão fiduciária de cotas de fundos de investimento em valor correspondente a pelo menos 45% (quarenta e cinco por cento) do valor total do saldo devedor das Debêntures. O Contrato de Cessão Fiduciária de Cotas será devidamente registrado em Registro de Títulos de Documentos, nos termos da legislação aplicável, em até 10 (dez dias) a contar da assinatura desta Escritura. Efeitos suspensos: (i) parcela das cotas dos fundos de investimento objeto da cessão fiduciária aqui descrita encontram-se, nesta data, cedidas fiduciariamente em favor do Banco Itaú BBA S.A. em garantia ao pagamento das Dívidas. Na medida em que as Debêntures forem integralizadas, os recursos obtidos pela Emissora serão prioritariamente destinados ao pagamento dos referidos débitos, conforme determina o item 4.7.2 acima. Pagas as Dívidas, as cessões fiduciárias que as garantem serão extintas, e as cotas retornarão à propriedade plena de seus titulares. Então, a cessão fiduciária constituída para garantia das Debêntures, em relação às citadas cotas, passará imediatamente a produzir efeitos, desde a data do registro em Registro de Títulos e Documentos acima mencionado, nos termos do artigo 1.361, §3º, do Código Civil; e (ii) além das cotas mencionadas no item "i" acima, a cessão fiduciária objeto do Contrato de Cessão Fiduciária de Cotas compreenderá cotas de fundos de investimento que serão adquiridas pela Emissora com recursos captados por meio das Debêntures, sem prejuízo do disposto no item 4.7.2 acima. Também nos termos do artigo 1.361, §3º, do Código Civil, a cessão fiduciária das citadas cotas passará imediatamente a produzir efeitos, desde a data do registro do Contrato de Cessão

Fiduciária de Cotas em Registro de Títulos e Documentos, tão logo as cotas em questão sejam adquiridas pela Emissora.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

a) para a Emissora:

RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A.

Largo de São Francisco, 42 - 11ª Andar

20051-070 - Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Cássio Doval

Telefone: (21) 2128-9599

Fax: (21) 2128-9527

E-mail: cassio@rvtecnologia.com.br

b) para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514

22640-102 - Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Nathalia Machado (Jurídico)

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

c) para os Fiadores:

SR. JOSÉ PAULO DE FREITAS GUIMARÃES

Rua Lagarto Azul, nº 500, Itapuã

41620-350 - Salvador - BA

Telefone: (71) 2105-9801

Fax: (71) 2105-9849

E-mail: josepaulo@3pinvest.com.br

SR. JOSÉ SANTO BASTIÃO

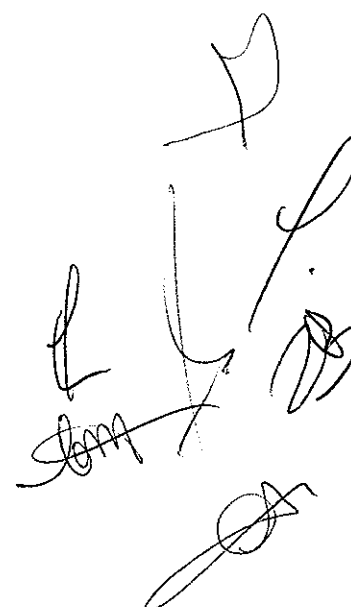
Rua Christiano Ottoni, nº 363, ap. 901

40155-210 - Salvador - BA

Telefone: (71) 2105-9801

Fax: (71) 2105-9849

E-mail: bastiao@3pinvest.com.br



d) para o Banco Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 7º andar

04309-010 – São Paulo – SP

At.: Sra. Maria Simionato

Telefone: (11) 5029-2139 / 5029-1963

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: maria.simionato@itau-unibanco.com.br

e) para a Instituição Depositária:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

04538-152 – São Paulo – SP

At.: Sra. Cláudia Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

f) para a CETIP:

CETIP S.A – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Av. República do Chile, 230, 11º andar

20031-170 - Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Rua Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

01452-001 - São Paulo – SP

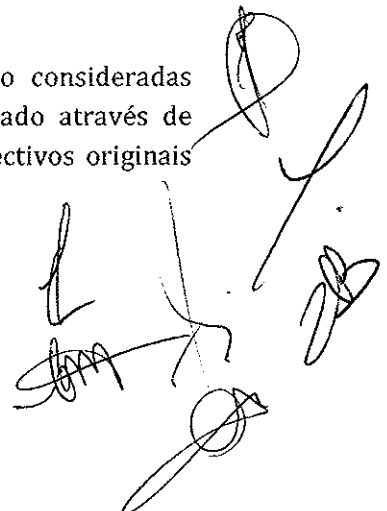
At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

13.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

13.1.2 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais



deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

13.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora.

13.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

13.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.5 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

13.6 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

13.7 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

13.8 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não

será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

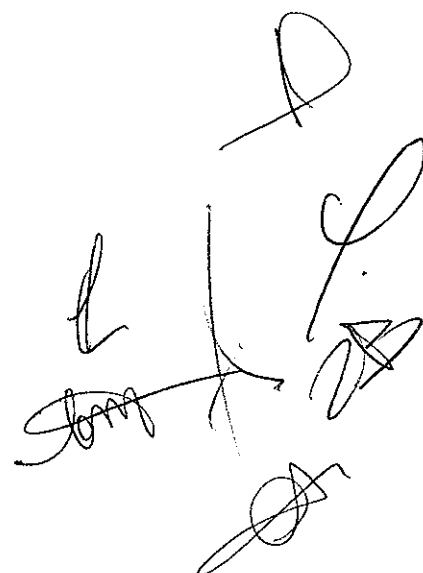
13.9 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

13.10 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

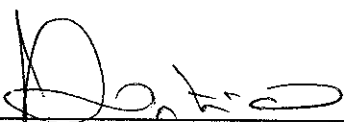
E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 8 (oito) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.


The image shows several handwritten signatures in black ink. There are approximately six distinct signatures, some of which are quite stylized and cursive. They are located in the bottom right corner of the page, below the main body of text.

(Página de assinaturas da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da RV Tecnologia e Sistemas S.A.", firmada entre a RV Tecnologia e Sistemas S.A., a Pentágono S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, o Sr. José Paulo de Freitas Guimarães e o Sr. José Santo Bastião, tendo a Sra. Zuraída Abud Bastião como interveniente anuente, em 17 de agosto de 2011)

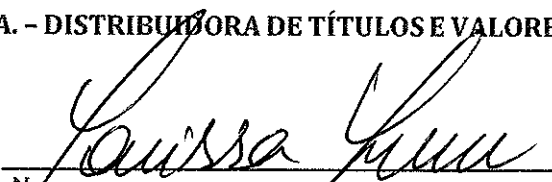
Belo Horizonte, 17 de agosto de 2011.

RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A.

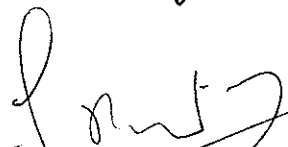

Nome: _____
Cargo: _____



Nome: _____
Cargo: _____

PENTÁGONO S.A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: _____
Cargo: Larissa Lunin
CPF: 122.654 047-30
Procuradora

Fiadores:

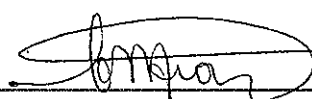

JOSÉ PAULO DE FREITAS GUIMARÃES

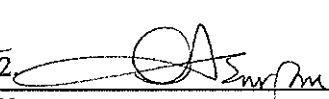

JOSÉ SANTO BASTIÃO

Interveniente Anuente:


ZURAÍDA ABUD BASTIÃO

Testemunhas:

1. 
Nome: _____
Cargo: Cyda Mendes de Araújo
CPF: Nº 481.666-005-44
PROCURADORA

2. 
Nome: _____
Cargo: DELSON RAMOS FERREIRA
CPF: 951.408.835-20
Gerente Financeiro